

**O LUGAR DA POBREZA E DO ATRASO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO VALE
DO JEQUITINHONHA**

*THE PLACE OF POVERTY AND DELAY IN SOCIAL CONSTRUCTION OF VALE OF
JEQUITINHONHA*

Edvaldo Rodrigues Martins¹
Laurindo Mékie Pereira²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção social do Vale do Jequitinhonha em que a seca, a pobreza e o atraso passam a ser os instrumentos valiosos, utilizados por uma elite regional para reivindicar privilégios perdidos com à partir da decadência da mineração. Diamantina, cidade econômica e culturalmente mais importante do Vale do Jequitinhonha foi uma das agentes responsáveis pela construção do Vale da fome, do atraso, das viúvas de maridos vivos. Sobre a construção dessas imagens podemos estabelecer a seguinte periodização. 1870 – Decadência da mineração, 1950 - Grande seca, Década de 1960, período de regionalização do Brasil e abertura do Vale do Jequitinhonha ao capital financeiro. Trata-se de um projeto que deve ser pensado na relação à implementação do setor siderúrgico da região central do Estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha, pobreza, atraso, desenvolvimento, Diamantina.

INTRODUÇÃO

Nas sete décadas de mineração, Diamantina funcionou para o Vale do Jequitinhonha como centro regional, polo econômico, cultural e político. Colocava-se como uma cidade diferenciada também pelos aspectos naturais.

Diamantina desde os tempos coloniais é a capital intelectual do Norte de Minas. O posto de centro de cultura moral, intelectual, religiosa e social pode ser avaliada por a cidade ser sede de um Arcebispado, do 3º Batalhão de Polícia do Estado, administração regional dos correios e por abrigar seminário, asilo e orfanato, casas de saúde [...]. Situada a uma altitude de mais de 1262 metros, é a cidade mais alta do Estado. Goza Diamantina de

¹ Acadêmico do curso de História da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: edvaldogeo@bol.com.br.

² Professor doutor da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: mekie1@hotmail.com.

um clima ameníssimo, respirando ares puríssimos, bebendo excelentes águas.³

A mineração lhe conferia uma posição estratégica na economia do Império português, de importância comparada a Ouro Preto e ao Rio de Janeiro. Nos anos finais do século XIX, essa imagem ganhava outro contorno. Por volta de 1870, grandes jazidas de diamantes foram encontradas na África do Sul. O diamante africano entrava no mercado europeu mais barato, o que fez com que o preço dos diamantes despencasse, causando falências de mineradores e negociantes. Sobre a crise dos negócios do diamante no Alto Jequitinhonha, Marcos Lobato descreveu vários relatos do desespero vivido pela elite local. Uma das exposições é do comerciante Capitão Jacinto Leite de Farias, que pede falência por endividamento.

[...] tendo-se, porém nos últimos anos paralisado o comércio nesta cidade, sobrevindo ao suplicante novos prejuízos como seja muitos de seus devedores não terem podido solver os seus débitos, a morte de uma escrava, um furto que lhe fez um seu empregado, a venda de uma partida de brilhantes por muito menos do seu valor, agravou-se a sua situação de maneira a não poder cumprir algumas obrigações já vencidas.⁴

A crise no preço do diamante fez com que faiscadores substituíssem a mineração do diamante pela extração do ouro. E alguns comerciantes de diamantes foram atingidos pelo desespero. Conforme relato de 1874 de José Teixeira Neves:

Um honrado negociante de diamantes do Serro investira o seu capital no negócio e seguiu para a Europa a fim de vender sua mercadoria. O preço encontrado nas praças europeias representava para ele um prejuízo de 80%. Regressando ao Brasil, atirou-se no mar nas proximidades de Cabo Frio. Além desse, deram-se outros suicídios pelo mesmo motivo.⁵

Problemas climáticos contribuíram para agravar a situação. A seca de 1879 durou três anos, matou animais e arrasou plantações. O pessimismo e o desânimo que se

³ Livro de ata da Câmara Municipal de Diamantina – período: janeiro de 1912 a 31 de dezembro de 1912, folha 216.

⁴ MARTINS, Marcos Lobato, **A Crise dos Negócios do Diamante e as Respostas dos Homens de Fortuna no Alto Jequitinhonha**, Décadas de 1870-1890. Revista Estudos econômicos da universidade de São Paulo. São Paulo, jul-set 2008, p. 630.

⁵ Acervo José Teixeira Neves. Livro 1, caixa 3, f. XXIII. BAT.

abateu sobre o município de Diamantina e parte do Alto Jequitinhonha ficou estampado nas páginas do jornal Monitor do Norte.

A grande baixa no preço dos diamantes que começou no ano de 1870, e sustenta-se até hoje, tem trazido como consequência um tal desânimo para os habitantes das regiões diamantinas, que a maior parte deles pensa seriamente na necessidade da emigração para lugares onde o trabalho encontra melhor recompensa, e onde a atividade comercial possa desenvolver-se mais proficuamente. As matas do sul da Província, e do Rio de Janeiro, [...] são o ponto para o qual convergem as vistas, e muitos de nossos patrícios, pais de família, ou moços principiantes já para lá se têm dirigido.⁶

As denúncias de abandono e a falta de perspectivas para a superação da crise ocupava lugar de destaque nas páginas do jornal *O Jequitinhonha*. Ao publicar o relato do inglês John Mawe, que percorreu a Província de Minas no final do século XIX, falou da estagnação econômica de Diamantina.

Existe nessa cidade uma classe numerosa de indivíduos de sete a vinte anos de idade, que não dispõem de nenhum meio visível de ganhar para a sua subsistência e que não seriam mais laboriosos se ali se fundassem manufaturas porque, embora educados, com os negrinhos, desde que lhes fale em minas, abandonam logo seus camaradas. O que afasta ainda mais os habitantes desta cidade do hábito de uma indústria regular é a esperança continua que alimentam de se tornarem repentinamente ricos pela descoberta de uma mina. Essas ideias enganadoras que inculcam no espírito dos filhos, dão-lhes uma invencível aversão ao trabalho, embora vivam todos miseravelmente e, muitas vezes, dos obséquios de outrem.⁷

A ideia do jornal era mostrar uma Diamantina decadente, abandonada e atrasada do ponto de vista econômico. Com uma população sem trabalho, alimentada pelo imaginário de encontrar uma mina e se enriquecer.

A dificuldade econômica pela qual Diamantina passava vai ser fundamental para sustentar as ideias do “Clube dos Liberais”. Criado por um grupo de intelectuais, o

⁶ MARTINS, Marcos Lobato, **A Crise dos Negócios do Diamante e as Respostas dos Homens de Fortuna no Alto Jequitinhonha**, Décadas de 1870-1890. Revista Estudos econômicos da Universidade de São Paulo. São Paulo, jul-set 2008, p. 618.

⁷ MAWE, John. Viagens ao interior do Brasil. In: Coletâneas de Cientistas Estrangeiros. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

“Clube dos Liberais” era orientado por ideias liberais, antiescravista, anticlerical e republicanas. Teve a sua frente líderes como os políticos Teófilo Otoni e pelo jurista Joaquim Felício. *O jornal O Jequitinhonha* foi criado pelo grupo com o objetivo de tornar conhecidas as ideias clube, na tentativa de desmoralizar o governo de D. Pedro II. Não por coincidência, no mesmo ano acontecia a Guerra do Paraguai e os custos econômicos e sociais com a Guerra foi a plataforma utilizada pelo periódico para dizer que a monarquia havia “virado as costas” para o Vale do Jequitinhonha, aumentando impostos para sustentar gastos com a Guerra

O povo do Vale geme sob o peso dos encargos da monarquia. Cada dia o “Jornal Official” apresentava nova tabela para cobrança d’este ou d’aquela imposto, cada qual mais vexatório. O cidadão horrorizado procura na lista tremendo a nova somma que as garras do fisco hão-de-arrancar-lhes para sustentar os caprichos imperiaes. O throno imperial só cresce e avulta no meio da miséria pública.⁸

Embora Diamantina, falasse em nome do Vale do Jequitinhonha denunciando os efeitos do esquecimento e da pobreza, na prática, não se aplicava a todo o Vale. Saint Hilaire, citado por Porto, fez declarações sobre o termo de Minas Novas, já marcada pela decadência da extração aurífera.

Cheguei finalmente a Vila do Fanado, depois de viajar um espaço de 13 léguas pelo território de quatro paróquias. Deveria ter sido outrora muito abundante em ouro esse afastado rincão, para que aí se fundasse tão grande número de povoações em uma extensão de território tão pequena. Entretanto, desde que a agricultura subsistiu nessa região as aflorações minerais, tudo teve naturalmente que tomar novo aspecto. O cultivo da terra oferece uma igualdade de fortuna que não poderia, absolutamente, ser o resultado aventuroso dos mineradores. Não há no termo de Minas Novas tantas pessoas ricas como em muitas outras partes da província; mas também existe menos miséria. Não se vêem, em absoluto como em torno de Vila Rica, povoações quase abandonadas, e fazendas caindo em ruínas. Os colonos vestem-se aí com tecidos muito grosseiros; mas não trazem a roupa em farrapos, e como os panos de algodão são aqui muito baratos, e grande

⁸ REIS, Maria de Lourdes Dias. **Imprensa no tempo de Guerra: o jornal “O Jequitinhonha” e a Guerra do Paraguai**. Belo Horizonte, Cuatiara, p.88).

número de habitantes fabricam-nos em sua própria casa, os próprios negros andam mais bem vestidos do que em outros lugares.⁹

A retração do comércio de Diamantina efetivamente se deu na década de 1950, com a abertura de estradas que deslocaram as rotas comerciais do Rio Jequitinhonha e a produção de gêneros alimenticíssimos do sul da Bahia, aumentando a competitividade com produtos industrializados de outras regiões¹⁰. Estava clara a posição que a bacia do Jequitinhonha ocupava na economia do país. Não havia recursos para investir na agricultura e na mineração, e o pouco em atividade se utilizavam técnicas tradicionais para realização dos trabalhos. A falta de infraestrutura inviabilizava o comércio. A seca de 1950 havia arrasado com as plantações e a carestia tomava conta das cidades. O gado do tipo Jequitinhonha, mais resistente à seca praticamente acabou. A insatisfação tomava conta do Vale e era o combustível que a elite local dispôs para pressionar o governo estadual a socorrer a região.

Em 1957, a pedido do então Governador mineiro, Bias Fortes, foi instituído o “Grupo de Trabalho para a Pecuária”, com o objetivo de levantar as causas e propor soluções para a seca. O estudo foi feito prioritariamente no Médio Jequitinhonha e Vale do Mucuri, por serem as regiões mais atingidas pelas estiagens naquele ano. De acordo com Mateus Moraes de Servilha, embora o grupo de trabalho tenha sido criado para levantar as causas da seca e a morte dos rebanhos, o relatório de 316 enfatizou no seu diagnóstico as condições precárias que viviam o povo do Vale do Jequitinhonha. Carência de alimentação, saúde, índices alarmantes de mortalidade infantil, altas taxas de analfabetismo e baixo nível de desenvolvimento econômico.¹¹

Em 1960, esse relatório foi publicado com o título “Estudo Geográfico do Vale do Jequitinhonha”, a pedido do então Presidente Juscelino Kubitschek (natural de Diamantina) e atendendo a demandas de deputados da região. Nas conclusões do estudo apresenta-se um subcapítulo intitulado “Reivindicações básicas da região”, que são exigências de uma elite rural que reclamava pela:

⁹ PORTO, Liliana. A ameaça do outro: magia e religiosidade no Vale do Jequitinhonha (MG). São Paulo: Attar, 2007. (Coleção de antropologia: movimentos religiosos no mundo contemporâneo).

¹⁰ Jornal O Itambé, ano III, n. 105, 14 de fevereiro de 1912. BAT.

¹¹ SERVILHA, Mateus de Moraes. O Vale do Jequitinhonha entre a di-visão pela pobreza e sua significação pela identificação regional. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 65.

Construção e melhorias de estradas e dos meios de comunicações, haja vista que o escoamento da produção tanto quanto o aumento do fluxo intra e inter regionais; 2. Instalação de postos agro-pecuários; 3. Realização de estudos objetivando a instalação de frigorífico regional; 4. Construção de estações de tratamento de água; 5. Estudos para dotar a região de hidro-elétricas, desenvolvimento de crédito agropecuário.¹²

O diagnóstico produzido pelo Grupo de Trabalho para a Pecuária apontava para a necessidade de uma ação de desenvolvimento via agência, com intervenção do Estado. Associado a fortes apoios políticos, da bancada da situação e da oposição, convencidas do descaso do governo estadual com a região, aprovam uma Emenda Constitucional na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, propondo a criação da Companhia de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – CODEVALE¹³. O projeto contava com forte apoio da Igreja Católica, através da Arquidiocese de Diamantina. Segundo Murilo Badaró, a condição de pobreza da região era o resultado da concentração desigual de terras, o que configurava empecilho para o desenvolvimento.

O sistema de propriedade das grandes faixas territoriais é a causa da miséria do Vale. Assim, a estrutura da sociedade é marcada pelo atraso decorrente da estrutura econômica regional [...]. O êxito é uma realidade patente da região. Os canais de ascensão social não são todos acessíveis. Agora, quando os desequilíbrios atmosféricos desabam sobre o Jequitinhonha, arvoram-se os governos – estadual e federal – para solucionar um problema extemporâneo, quando os problemas do Vale são estruturais. Residem mais na estrutura econômica, que é arcaica, na estrutura social, que é feudal. As inundações são simples motivos de desespero. (...) é preciso humanizar a estrutura econômica do Vale. É necessário que se distribua a riqueza não somente aos que desfrutam da propriedade (...). A reforma agrária, como a assistência ao homem do campo é o melhor meio de distribuição da riqueza entre os que produzem, é uma necessidade latente no Jequitinhonha.¹⁴

¹² Idem, p. 65.

¹³ A Codevale foi criada em 1964, através de uma emenda a Constituição Estadual, proposta pelo então Deputado Murilo Badaró (filho), natural de Minas Novas e pelo Arcebispo da Arquidiocese de Diamantina, dom Geraldo de Proença Sigaud. SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a di-visão pela pobreza e sua significação pela identificação regional**. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 70.

¹⁴ SERVILHA, Mateus de Moraes. O Vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional. Tese de Doutorado em Geografia- Universidade Federal Fluminense, 2012. p. 72).

A defesa da reforma agrária, que fez naquele momento, foi condição para aprovação do projeto. Sua posição momentânea deve ser analisada o momento histórico que o Brasil naquele momento. De 1962 a 1964, anos do Governo João Goulart, o país vive, diferente do Governo do Plano de Metas de JK, os anos de Reforma de Base. As discussões sobre reforma agrária pareciam uma convicção possível e ela era apontada como o caminho para o desenvolvimento. A Codevale foi aprovada sem dificuldades e um mês depois instaurou-se o Golpe Militar.

As primeiras ações adotadas pela companhia atenderam justamente as demandas dos pecuaristas. Segundo o jornal Vóz de Diamantina foram implantados serviços de assistência veterinária nas fazendas do Médio Jequitinhonha, criou-se associações para controlar a venda de arame farpado, vacina contra a febre aftosa e sais minerais. Além da implantação de programas de expansão da pecuária através da elaboração de projetos para aquisição de financiados em banco públicos¹⁵. Seria feito um levantamento para identificar os produtos da cultura e da agricultura popular que pudessem ser comercializados. A ideia do projeto era inserir o Vale do Jequitinhonha num projeto nacional de modernização

[...] articular-se com instituições públicas federais, estaduais e municipais, objetivando ações integradas que visassem a solução de problemas regionais; negociar recursos nacionais ou estrangeiros para a realização de programas, projetos e atividades destinadas ao desenvolvimento da região e ao aproveitamento máximo do seu potencial; elaborar e submeter à aprovação do governo Estadual o Plano Geral de Aproveitamento do Vale, com o envio anual de relatórios e programações que envolvessem os diversos setores públicos atuantes na região; planejar e promover ações que visassem incentivar a produção artesanal local e promover a comercialização; promover a melhoria do nível de vida da população regional, mediante a elaboração, o incentivo e a coordenação de projetos de infra-estrutura, saneamento, melhoria habitacional, agricultura, transportes, comunicação, educação e saúde; prestar assessoria técnica às entidades e associações comunitárias existentes no Vale do Jequitinhonha para a consecução; certificando-se de que seus objetivos estarão sendo cumpridos de forma adequada às condições e necessidades da região.¹⁶

¹⁵ Vóz de Diamantina: ano 61, n. 28, 07 maio 1967, 4p.

¹⁶ Vóz de Diamantina. Diamantina: ano 58, n. 20, 08 março 1964, p,1 BPSA.

A Codeval esteve longe de atingir os objetivos a que se propôs. Dos recursos que seriam destinados para o órgão apenas 20% foi garantido. O debate acerca da reforma agrária como alternativa para o combate à pobreza e à produção do desenvolvimento econômico havia silenciado e nenhuma mudança estrutural aconteceu. Os poucos recursos da companhia foram investidos produção de relatórios que prestaram à divulgar a pobreza e o atraso.

Percebendo a dificuldade que a Codevale enfrentava de emplacar um projeto de desenvolvimento regional, a partir de investimentos em pequenos agricultores, a Igreja delineou seu próprio projeto de desenvolvimento regional¹⁷. Projeto que foi divulgado nas paróquias, nas escolas e nas sociedades beneficentes. No campo social, a preocupação de D. Sigaud era preservar as tradições, a família, a propriedade e a moralidade. No campo econômico, a ideia era gerar emprego para barrar a migração de trabalhadores para os grandes centros urbanos do país. Dentre as possibilidades de industrialização iniciadas no século XX (como a Fábrica de Tecidos Biribiri), a fruticultura de clima temperado, plantações e a exploração de reservas minerais não exploradas, mas ninguém se interessou pelo caso.

A opção para o desenvolvimento regional foi o reflorestamento. Trata-se de uma escolha conectada a um projeto de desenvolvimento econômico do Estado de Minas Gerais. O Vale do Jequitinhonha iria produzir o eucalipto com a finalidade de atender a demanda energética do setor siderúrgico. Essa é parte das razões pelas quais o Estado concede, com relativa facilidade, incentivo/financiamento a empresa de reflorestamento. Visando garantir o abastecimento de carvão vegetal, os bancos de Desenvolvimento de Minas Gerais e o Banco Denasa de Investimentos, elaboraram projetos para liberação de linhas de créditos para reflorestadoras investirem na região. Nas palavras do então Governador Rondon Pacheco, no Auto e Médio Jequitinhonha, se afirmava “As virtudes sociais, econômicas e ecológicas, a vocação das terras, reuniam as condições necessárias para implantação de projetos de reflorestamentos”. A Codevale, a partir de 1974, se insere, segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo, no Projeto de Reflorestamento do Vale do Jequitinhonha. Segundo o jornal, citado por

¹⁷ Nos vinte anos em que esteve à frente da Arquidiocese de Diamantina, D. Sigaud criou vários projetos como: Associação Social Centro Norte de Minas – SCENOMIG, em 1961, a Reflorestadora do Auto Jequitinhonha -Refloralje, em 1970, e, em 1971, funda a Cooperativa de Tapeçaria Araiolos de Diamantina, onde empregava cento e vinte tapeceiras.

Silva, “A Codevale resolveu atrair para a região grandes companhias, estaduais e privadas que se encarregariam de promover o desenvolvimento, em troca de determinadas facilidades”.¹⁸

Fundada no mesmo ano da Codevale, a Ruralminas, uma espécie de INCRA mineiro, criada com o objetivo de colonizar e desenvolver a zona rural do Estado, ficou encarregada de montar um arcabouço jurídico que permitiria considerar as terras do Vale do Jequitinhonha como devolutas e assim reparti-las entre as companhias de reflorestamento. Verificou-se em arquivos e papéis da época das Capitâneas Hereditárias às Sesmarias, para saber quais seriam as terras devolutas. Seus advogados viajam até Portugal para colher documentos e, afinal chega-se a desejada conclusão: a quase totalidade das terras do alto e parte do médio Jequitinhonha não tinham donos, eram terras devolutas pertencentes ao Estado¹⁹. No final de 1976, o Senado aprova o projeto de ocupação das terras. Um total de 1.131.900 hectares de terra, seriam repartidas entre 17 companhias, com áreas entre 8 mil a 400 mil hectares.

A primeira empresa de reflorestamento desse gênero no país foi fundada em 1970, pelo Arcebispo da Arquidiocese de Diamantina, dom Sigaud. A Refloralje - Reflorestadora do Auto Jequitinhonha, foi fundada com apoio de lideranças políticas.

[...] O D. Sigaud era um homem muito combatido [...] pelos agrupamentos esquerdistas né, por causa de sua posição marcadamente favorável aos militares em 64. O Dom Sigaud teve ideia genial, de ele próprio, pela Diocese dele criar uma empresa destinada a reflorestar o Vale, aproveitar as áreas, os grandes vazios demográficos do Vale do Jequitinhonha, aqueles enormes chapadões. E foi ele quem começou.²⁰

Na ocasião JK estive propositalmente em Diamantina em reunião com Dom Sigaud e parte da diretoria da Refloralje tratando de assuntos da empresa.

¹⁸ SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **A arte de viver: riqueza e pobreza no Jequitinhonha – Minas Gerais – de 1970 a 1990**. São Paulo: EDUC, 2007

¹⁹ SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a di-*visão* pela pobreza e sua significação pela identificação regional**. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 157.

BADARÓ citado

²⁰ BADARÓ citado por SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectivas dos estudo culturais*. Petrópolis, Vozes, 2009, p.178.

Sem dúvida, o Dr Juscelino Kubitschek estava (...) em visita a Diamantina para lhe oferecer [a Dom Sigaud] o mais prestigioso apoio, não só moral, mas também financeiro. Ele mantinha sobre seu poder as ações da antiga Rádio de Diamantina e se dispôs a repassá-la ao Arcebispo, no intuito de auxiliar na formação dos fundos para acelerar as obras de reflorestamento (Badaró citado por Silva).²¹

Juscelino Kubitschek continuou a participar das iniciativas de Dom Sigaud como aliado e investidor de parte de suas economias. Segundo Murilo Badaró: “[...] tratava-se fato inédito, pois, até o momento, não havíamos encontrado nenhum registro publicado sobre sua participação em obras promissoras para o Vale do Jequitinhonha, muito menos sob a liderança do Arcebispo de Diamantina, sua terra natal.”²².

Dom Sigaud vai usar da Refloralge para construir o discurso do reflorestamento como alternativa para o desenvolvimento regional. No Jornal Estrela Polar, criou uma coluna, com o título “O Vale da Esperança”, por onde publicou uma série de artigos que eram replicados pelo Jornal Estado de Minas. Era o espaço do jornal onde o leitor tomava conhecimento das ideias e notícias sobre a plantação de eucalipto. Outra cultura defendida com muito entusiasmo por dom Sigaud foi a mamona. No artigo intitulado “Vale da Esperança 3”, dom Sigaud coloca a mamona como cultura ideal, assim como o eucalipto.

Fui pessoalmente nas propriedades, incentivando os produtores a cultivarem a mamona. A mamona porque em um ano dá muito lucro. O reflorestamento porque dá logo trabalho para muita gente. O milho, o feijão, o leite dão apenas para subsistência. E o mercado para a mamona? Não pode ser melhor. Há na região quatro fábricas com enorme fome de matéria prima. E para abastecer essas fabricas vão buscar mamona no Piauí.²³

O slogan do Governador mineiro Rondon Pacheco era de que a redenção do Vale do Jequitinhonha era a prioridade do seu governo, a partir daí para um programa de reflorestamento e industrialização da mamona, soja e frutas. Essa seria a forma mais prática para transformar o perfil da região. De desprovida e sem perspectiva, se tornaria próspera para romper com o estigma da miséria.

²¹ Idem, p. 122.

²² Idem, p. 124.

²³ Figueiredo, Anísia de Paulo Figueiredo. A terra, o pão, a justiça social: a importante participação da Igreja nas políticas públicas do Brasil. Belo Horizonte. FUNARC, 2010, p. 155.

O reflorestamento começa a ser implantado Alto Jequitinhonha, nas proximidades de Carbonita-MG. A Refloralje comprou a Fazenda Poço D'Água, uma propriedade de 10 mil quilômetros quadrados de terras contínuas e terra de “cerrado bom”, próximo ao centro siderúrgico de Ipatinga, da Usiminas de Ipatinga era o melhor espaço para começar.²⁴ A esperada melhoria de vida do povo parecia ter chegado, era a promessa de trabalho para a região. Na beira da estrada, cento e trinta mulheres, homens, crianças e idosos enchem os saquinhos de terra peneirada. Jovens fortes arrastam carrinhos de mão lotados de terra; outros tantos movimentam pás enormes peneirando a terra. Tratava-se de um projeto ambicioso que procurava dar trabalho a todos quanto quisessem trabalhar, e a procura era grande. O jornal Vóz de Diamantina, na edição de 24 de setembro de 1972, nos dá essa noção.

Não se desiluda, por favor, todos aqueles que procuram o palácio do Arcebispo deram o seu nome do pedido de “serviço” na plantação de eucalipto do bispo, por enquanto, porque na área não há ainda lugar onde se possa hospedar os trabalhadores, a Refloralje só contratou os moradores mais próximos [...] que moram em sua própria casa e vão ao trabalho e voltam no mesmo dia. A hospedagem, porém é coisa que está sendo pensada e, dentro e pouco tempo, a reflorestadora terá contratado aproximadamente mil trabalhadores²⁵.

Falando direto aos pequenos produtores, Dom Sigaud dizia que, as áreas de propriedades poderiam ser aproveitadas para o plantio de eucalipto com grande perspectiva de lucro, além de ter desconto no imposto de renda. Continua o texto: “O nosso viveiro tem aí centenas de mudas à espera do interesse do nosso povo. Cuidemos de reflorestar nossa região, do contrário, isso aqui será dentro de mais alguns anos um desolado e grande deserto²⁶. Embora o discurso do período era de que o reflorestamento promoveria o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha para que a região deixasse de ser um empecilho para o desenvolvimento do Estado mineiro, havia quem discordasse do eucalipto como alternativa. Em um artigo publicado na coluna “Vale da Esperança” do jornal Estrela Polar, dom Sigaud rebateu críticas que vinha recebendo sobre a escolha do eucalipto. A passagem de uma fala de autoria

²⁴ Vóz de Diamantina, ano LXVI n. 47, 24 setembro 1972, 4p. BPSA.

²⁵ Idem.

²⁶ Estrela Polar, ano LXX 5 de maio de 1972. 4 p. AEAD

desconhecia dizia: “Uma árvore estrangeira, “excomungada”, o eucalipto que esgota a terra e cria desertos; estraga a terra, “chupa” a água e acaba com a fauna.” Dom Sigaud contra argumenta.

Minas Gerais precisa de madeira com urgência. Restam 5% do território mineiro coberto por madeira de valor comercial. O eucalipto é no mínimo, uma solução de emergência para atender as necessidades urgentes de lenha e carvão, dormentes, celulose, indústria química e madeira. Em si o eucalipto consome pouca água do solo e subsolo, pois é uma área de desertos de uma região seca da Austrália. Ele tem as características das árvores do nosso cerrado: troncos revestidos de casca espessa e esponjosa, e folhas coriáceas de pouca evaporação.²⁷

Rebatendo outra crítica que dizia que o eucalipto era uma árvore estrangeira e que o cultivo colocaria em risco a flora brasileira, dom Sigaud escreveu:

O fato de o eucalipto e o pinus serem estrangeiras não justifica a sua condenação. Senão, vejamos quantos “estrangeiros” fazem a grandeza do Brasil. Estrangeira é a cana de açúcar - que nos veio da Ilha de Cabo Verde, estrangeira a manga – que veio da Índia, o algodão que veio da Arábia. A uva, o caqui, o figo que também são estrangeiros. Tirando os índios, nós somos descendentes de europeus, africanos ou asiáticos imigrados para o Brasil. Deixemos de lado esse preconceito todo de que eucalipto é estrangeiro.²⁸

Acusado por seus adversários de ser fazendeiro e defensor do grande capital, portanto, inimigo dos pobres, dom Sigaud não desistiu de mudar a realidade do Vale do Jequitinhonha, segundo o modelo que julga ideal. Em um sermão que fez em Carbonita, cidade do Vale do Jequitinhonha, disse que Deus não havia feito a chapada para somente pau torto e seriema. É um discurso afirmativo da pobreza do cerrado, uma vocação natural para o reflorestamento. No relatório encaminhado pela Ruralminas ao Ministério da Agricultura, na década de 1980, dizia que vinte e dois municípios já compunham o “Distrito Florestal” do Vale do Jequitinhonha. Dos oitocentos mil hectares programados para serem reflorestados, a metade já havia sido realizada por trinta empresas de reflorestamento, operando tanto em terras devolutas quanto particulares.

²⁷ Estrela Polar, ano LXVII, 8 de outubro de 1972, n II. AEAD.

²⁸ Estrela Polar, ano LXII, 29 de outubro de 1972, n II. AEAD.

Cerca de sete bilhões e dois milhões de cruzeiros foram gastos no trabalho de infraestrutura e bens primários, destinados à industrialização²⁹.

As imensas florestas de eucalipto haviam mudado a feição do Alto e Médio Jequitinhonha. Áreas de difícil acesso passaram a ser integradas a um projeto coletivo de unidade, na busca pelo desenvolvimento e pelo progresso. Os efeitos da pós-modernidade, que tanto temia Dom Sigaud, foram amenizados. No campo social e religioso não houve mudanças bruscas. A Reforma Agrária havia virado utopia, as famílias tradicionais haviam se preservado em torno da propriedade para que os valores e crenças no cristianismo fossem preservados. É o momento em que a identidade regional se efetiva em torno de um projeto de desenvolvimento conduzido pela religiosidade.

Há treze anos, quando aqui cheguei, não existia a consciência de que formávamos uma grande comunidade. Hoje o Vale do Jequitinhonha é uma realidade psicológica, uma ideia força. Não é uma região geológica é geográfica e sociológica. É um estado de espírito.³⁰

Embora dom Sigaud não tenha ocupado qualquer cargo eletivo, mas se tornou um os mais importantes políticos do período pela capacidade de negociação e acesso a políticos importantes. Nos embates políticos em que esteve envolvido como o enfrentamento ao socialismo, legitimando o governo militar, propondo projetos de desenvolvimento social nos dar a dimensão do poder político que dom Sigaud exerceu no Vale do Jequitinhonha.

Sem sombra de dúvida, os projetos que propunham tirar o Vale do Jequitinhonha da pobreza contribuíram para aumentar o drama da pobreza. Para além disso, criou-se um comportamento comum de aceitação de que a pobreza é natural ou coisa de Deus.

REFERÊNCIAS

Acervo José Teixeira Neves. Livro 1, caixa 3, f. XXIII. BAT.

BADARÓ, Murilo. História da CODEVALE: dez anos de uma idéia-força (1964-1974). In: BADARÓ, Nurilo. **Alma de Minas.** Senado Federal / Centro Gráfico, 1984.

²⁹ Vóz de Diamantina, ano LXXV, n, 21, 16 de março de 1980, 4p. APSA

³⁰ Estrela Polar, LXXII n 14, 7 de abril de 1974. APSA.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. **A terra, o pão, a justiça social:** a importante participação da Igreja nas políticas públicas do Brasil. Belo Horizonte: FUNARC, 2010.

Livro de ata da Câmara Municipal de Diamantina – período: janeiro de 1912 a 31 de dezembro de 1912, folha 216.

MARTINS, Marcos Lobato. **A Crise dos Negócios do Diamante e as Respostas dos Homens de Fortuna no Alto Jequitinhonha, Décadas de 1870-1890.** Est. econ. São Paulo, v. 38, n. 3, p. 611-638, julho-setembro 2008, p, 615.

_____. **O comércio de “gêneros do país” no mercado de Diamantina, Minas Gerais 1830 – 1930.** Revista de História, Juiz de Fora, v. 16 n.2 p. 157-173, 2010.

MAWE, John. **Viagens ao interior do Brasil.** In: Coletâneas de Cientistas Estrangeiros. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

PORTO, Liliana. **A ameaça do outro:** magia e religiosidade no Vale do Jequitinhonha (MG). São Paulo: Attar, 2007.

REIS, Maria de Lourdes Dias. **Imprensa em tempos de Guerra:** o jornal “O Jequitinhonha” e Guerra do Paraguai. 2 ed. Belo Horizonte: Cuatiara, 2014.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a di- visão pela pobreza e sua significação pela identificação regional.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, 2012.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **A arte de viver:** riqueza e pobreza no Jequitinhonha – Minas Gerais – de 1970 a 1990. São Paulo: EDUC, 2007

FONTES - JORNAIS

Estrela Polar, ano LXVII, 5 de maio de 1972. 4 p. AEAD.

Estrela Polar, ano LXVII, 8 de outubro de 1972, n II. AEAD.

Estrela Polar, ano LXVII, 29 de outubro de 1972, n II. AEAD.

Estrela Polar, ano LXIX, 7 de abril de 1974. n. 14. APSA.

Vóz de Diamantina, ano 58, n. 20, 08 março 1964, p.1. PSA.

Vóz de Diamantina, ano 61, n. 28, 07 maio 1967, 4p. BPSA.

Vóz de Diamantina, ano 66 n. 47, 24 setembro 1972, 4p. BPSA.

Vóz de Diamantina, ano 74, n. 21, 16 de março de 1980, 4p. APSA.